

PT move ação contra Orçamento

O Partido dos Trabalhadores (PT) deu entrada no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação direta de inconstitucionalidade contra o Orçamento Geral da União de 1993, aprovado em março pelo Congresso e promulgado em maio. No documento de 13 páginas, elaborado pelo deputado Hélio Bicudo, o PT aciona o presidente Itamar Franco e o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Congresso Nacional, pelo descumprimento dos artigos 16 e 38 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O documento foi protocolado no STF pelos deputados petistas Vladimir Palmeira, líder do partido na Câmara, seu colega Paulo Bernardo, coordenador do PT na Comissão Mista de Orçamento da Casa, e Hélio Bicudo. O deputado Paulo Bernardo (PT-PR) disse que alertou para a contrariedade dos artigos da LDO: "Na época da votação do Orçamento já havia a intenção de arguir a inconstitu-

cionalidade", avisou.

Uma das evidências de infração da LDO, segundo Bernardo, está na crítica do próprio ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que colocou a necessidade de se rever a proposta aprovada para este ano. "O Orçamento foi elaborado de forma inconstitucional porque desconsiderou a LDO", argumenta Bernardo.

O artigo 16 da Lei nº 8.447, de 21 de julho do ano passado, manda investir metade dos recursos dos orçamentos fiscais e de seguridade social, proporcionalmente à população e inversamente proporcional à renda **per capita** de cada Estado. Já o artigo 38 manda observar as ações da área de saúde no momento de transferir recursos para as despesas dos estados e municípios, além de distribuir 50 por cento dos recursos para o setor de assistência social, conforme suas populações e rendas **per capita**.